

# A VOZ DOS PRINCIPAIS

BOLETIM CULTURAL E INFORMATIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE FIGOS

DEZEMBRO / 91

DIRECTOR: JOAQUIM FIGUEIREDO

N.º 5

## EDITORIAL

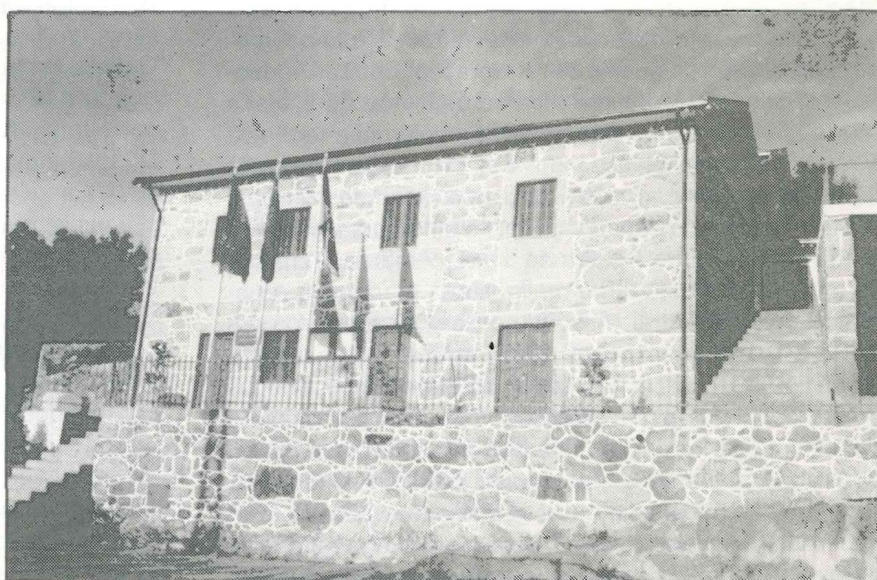
Actualmente sente-se no dia a dia a vida agitada deste mundo moderno em que vivemos. O homem começa a ser vítima do ritmo acelerado que imprimiu ao desenvolvimento económico e tecnológico. O stress tornou-se numa das grandes doenças deste século, devido ao esforço físico e mental exigidos a qualquer profissional. Teremos, cada vez mais, necessidade de ocupar o nosso tempo livre, duma maneira alegre e salutar. A cultura e o desporto, deverão merecer por isso a nossa maior atenção. A prática de desportos amadores (atletismo, ciclismo, natação e outros) serão muito úteis à manutenção duma boa condição física e ao fortalecimento do nosso espírito. Poderão ser praticados ainda outros divertimentos que ajudarão a ultrapassar a nossa tenção acumulada ao longo duma semana de trabalho. Também a música é um meio eficaz para despertar em nós um grande prazer e uma verdadeira animação. Desde a música clássica até ao folclore e ainda as mais variadas canções, tudo poderá servir para desanuviar o nosso espírito. Poderíamos aproveitar esta altura para ouvir as obras musicais de Mozart, de quem comemoramos este ano o segundo centenário da sua morte. Mas tantos outros músicos e escritores poderão ser apreciados. Até alguns dos mais desconhecidos poderiam trazer-nos algumas horas de felicidade, durante o nosso tempo de lazer. O frenesim da vida quotidiana não deverá ocupar todo o nosso tempo. Devemos reservar alguns minutos diários para a prática dum desporto saudável, para ouvir uma música suave ou fazer uma leitura reconfortante. Só assim será possível manter um espírito forte e uma verdadeira alegria de viver.

O Grupo Coordenador

## FIGURAS E FACTOS



### NOVA SEDE DA JUNTA



Edificamos esta obra a pensar no povo de Vilar de Figos. Estamos esperançados que todos a saberão estimar e valorizá-la no futuro não permitindo que alguém a possa menosprezar ou destruir.

**DESEJAMOS UM NATAL FELIZ  
E UM NOVO ANO  
REPLETO DE PAZ E PROSPERIDADE**

### SUMÁRIO:

<b>FIGURAS E FACTOS</b>	_____	Pág. 1
<b>HISTÓRIA DUM POVO</b>	_____	Pág. 2/3
<b>UM SÉCULO DE ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA</b>	_____	Pág. 4/5
<b>A CRISE DO VINHO</b>	_____	Pág. 6/7
<b>NOTÍCIAS BREVES</b>	_____	Pág. 7
<b>PÁGINA DE POESIA</b>	_____	Pág. 8

# DA RESTAURAÇÃO AO FIM DA MONARQUIA

O primeiro rei da 4.<sup>a</sup> dinastia nasceu em Vila Viçosa no dia 19 de Março de 1604. Casou em 12 de Janeiro de 1633 com D. Luísa de Gusmão. Viveu quase sempre em Vila Viçosa, tornando-se no 8.<sup>o</sup> duque de Bragança. Mal soube das ocorrências do 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1640, saiu de Vila Viçosa e veio para Lisboa onde entrou no dia 6, sendo aclamado rei no dia 15. Durante o seu reinado e mediante uma actuação prudente e sensata contribuiu para o êxito da restauração da independência. D. João IV preparou o país com meios militares e tomou várias medidas de natureza política, administrativa e económica para fazer frente ao inevitável ataque espanhol perpetrado através da guerra da restauração. Em 1644, deu-se a batalha do Montijo e o cerco de Elvas. Após a sua morte em 8 de Novembro de 1656, assumiu a regência a rainha D. Luísa de Gusmão. Em virtude do filho mais velho D. Teodósio ter morrido com a idade de 19 anos, subiu ao trono D. Afonso VI, o outro filho que nasceu em Sintra no dia 12 de Agosto de 1643. Ainda em criança foi atingido por uma febre maligna que lhe atingiu o sistema nervoso central. Assumiu o governo da coroa em 1662 e quatro anos depois casou-se com a francesa D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, por procuração. Poucos meses depois, a rainha abandonou D. Afonso e exigiu o divórcio alegando incapacidade e pouco zelo por parte do marido. Durante o seu reinado travaram-se com os espanhóis as batalhas do Ameixial, Montes Claros e Castelo Rodrigo, tornando assim decisiva a vitória na guerra da restauração. Em 1667 o rei prescindiu dos serviços do Conde de Castelo Melhor que foi a principal figura do seu governo e renunciou ao trono a favor de seu irmão o príncipe D. Pedro. Gerou-se então uma crise política que se projectou em várias cortes europeias. D. Afonso VI passou os últimos anos da sua vida no Paço de Sintra, tornando-se num verdadeiro farrapo humano, suportando uma enorme agonia física e mental até à sua morte ocorrida em 12 de Setembro de 1683. D. Pedro III que havia nascido em Lisboa no dia 6 de Abril de 1648 e que já vinha assumindo a regência do reino, acabou por ser aclamado rei após a morte do irmão. Casou com a rainha sua cunhada, de cujo casamento nasceu uma filha que morreu muito nova. Depois da morte da rainha, o rei voltou a casar, de cuja união nasceu o seu sucessor o rei D. João V. Durante o reinado de D. Pedro III foi celebrado o tratado de paz com a Espanha pondo assim termo à guerra da restauração. Foi notável o incremento industrial sentido nessa época com a instalação de várias manufacturas. Em 1703 foi assinado o tratado de Methuen, estipulando condições especiais para a importação de lanifícios ingleses e a exportação de vinhos portugueses. Morreu em Alcântara no dia 9 de Dezembro de 1706. Assumiu o poder o seu filho D. João V que nasceu em 1689

e foi aclamado rei no dia 1 de Janeiro de 1707. Casou no ano seguinte com a princesa Maria de Áustria. Durante o seu reinado foram descobertas e exploradas algumas minas de ouro e pedras preciosas no Brasil. Procedeu-se à consolidação das fronteiras desta colónia, intensificou-se o povoamento do seu vastíssimo território e desenvolveu-se a produção do açúcar. Com as riquezas obtidas no Brasil o rei mandou construir o palácio de Mafra, iniciando-se as obras no ano de 1716, vindo a terminar no ano de 1735. Mandou ainda edificar outras obras das quais se destaca o aqueduto das águas livres em Lisboa e o início da construção do Palácio de Queluz. Promoveu a valorização cultural e a formação de quadros técnicos em domínios como a engenharia e a cartografia. Morreu em 1750, subindo ao trono seu filho D. José, nascido em 6 de Junho de 1714. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, foi nomeado seu ministro, ocupando-se da administração pública e dos negócios do reino. No ano de 1754, iniciou-se a construção da Torre dos Clérigos. No dia 1 de Novembro de 1755, dá-se o terremoto de Lisboa que destruiu a maior parte da capital e outras terras do centro e sul do país, provocando muitos milhares de mortos. O Marquês de Pombal dedicou-se então à reedificação duma parte de Lisboa, ainda hoje conhecida por baixa pombalina. Deu-se nesta época a expulsão dos Jesuítas e a abolição da escravatura no ano de 1761. Foram feitas várias reformas na administração pública, na universidade e na inquisição. Este rei morreu em 1777, sucedendo-lhe no trono sua filha D. Maria I, que nasceu em Lisboa no dia 17 de Dezembro de 1734. Casou no ano de 1760 com o seu tio o príncipe D. Pedro. Esta rainha preocupou-se logo com a reabilitação da nobreza e da igreja, concedendo comendas, títulos, graças e mercês e procurou uma renovação das ordens religiosas. Restabeleceram-se as relações com a Santa Sé, interrompidas desde 1759. Reformou-se a legislação civil e criminal e extinguiu-se a Mesa Censória. O hospital de S. António no Porto, foi construído durante o seu reinado. Após a morte do marido, a rainha começou a manifestar alguns sinais de demência, sendo chamado à governação a partir de 1792, o príncipe D. João que nasceu no ano de 1767. Era o segundo filho da rainha, pois o filho mais velho D. José morreu prematuramente devido a um ataque de varíola. Após a morte da rainha em 1816, D. João VI foi oficialmente proclamado rei de Portugal. Durante a sua regência os espanhóis tomaram Olivença e Juromenha aos portugueses. Em 1805 foram criados os cemitérios públicos. Em 1807 a França e a Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que dividia Portugal em três partes. Entre Douro e Minho, com capital no Porto, constituiria o Reino da Lusitânia que seria entregue ao rei da

Etrúria que era casado com uma infanta espanhola. O centro do país continuaria a pertencer à Casa de Bragança, ficando contudo sob o domínio espanhol. No sul seria constituído o Reino dos Algarves, abrangendo todo o Alentejo e o Algarve e que seria entregue a Manuel Godoy, ministro todo poderoso do rei de Espanha Carlos IV. Napoleão manda então invadir o nosso país com um exército comandado por Junot que ocupa Lisboa sem resistência. A corte portuguesa, para não ser aprisionada, embarcou para o Brasil, onde se manteve até 1821. Junot foi então titulado duque de Abrantes, chegando a seduzir-se pela ideia de se tornar rei de Portugal. Entretanto desembarcaram tropas inglesas comandadas pelo futuro duque de Wellington que se juntaram às forças portuguesas, derrotando os invasores na batalha de Roliça e Vimieiro, em Agosto de 1808. No ano seguinte dá-se a segunda invasão francesa, sob o comando do general Soult, com um exército de 23.000 homens. Depois de tomar Chaves, avançou para Braga sem ter encontrado resistência por parte das forças portuguesas, prosseguindo a sua marcha até à cidade do Porto. Aí se deu o afundamento da ponte das barcas onde morreram milhares de pessoas. As tropas inglesas e portuguesas, vindas do sul e do leste, num amplo contra-ataque, ordenaram a retirada dos invasores para Espanha, passando por Guimarães e Montalegre em direcção a Orense. Não conformado com este insucesso, Napoleão ordenou nova invasão de Portugal, com um exército comandado por Massena que entrou pela Beira Alta em 24 de Julho de 1810, marchando a caminho de Coimbra. As tropas anglo-portuguesas esperaram os invasores na serra do Buçaco, onde se travou a primeira batalha. Massena resolveu então contornar o Buçaco e dirigiu-se a Coimbra a caminho de Lisboa. Os portugueses travaram o avanço das tropas francesas nas fortificações das linhas de Torres Vedras, obrigando os invasores a retirar novamente a caminho de Coimbra, sendo-lhes impostas derrotas em Condeixa e Aronice. Um exército conjunto de portugueses e ingleses sob o comando de Wellesley, foram perseguindo as tropas invasoras, derrotando-as em Castelo Rodrigo, Almeida e Vilar Formoso. Assim terminaram as invasões francesas com a vitória final e decisiva dos portugueses. Em face da revolução liberal de 1820, foi aprovada uma nova constituição, tendo D. João VI, após o seu regresso do Brasil, jurado cumpri-la. Passou-se então um período de agitações e golpes político-militares. Em 1822, D. Pedro imperador do Brasil, proclamou a independência desta antiga colónia. Em 1823, deu-se o movimento da Vila-Francada que restabeleceu o poder real absoluto. Até à morte do rei em 1826, continuaram as revoltas, surgindo um movimento

absolutista liderado pelo infante D. Miguel, chamado de Abrilada. Após a sua morte continuaram as lutas entre liberais e absolutistas sendo nomeada regente a sua filha mais velha, a infanta D. Isabel Maria. D. Pedro IV, imperador do Brasil, foi pouco depois considerado herdeiro do trono de Portugal. Abdica a favor de sua filha D. Maria da Glória, com a condição de se casar com seu tio D. Miguel, jurando a Carta Constitucional ainda na Áustria. Pouco depois de regressar a Portugal em 1828, dissolve as Câmaras Parlamentares e convoca Cortes, sendo aclamado rei absoluto. D. Pedro IV, à frente de tropas liberais, desembarcou no Mindelo em Julho de 1832 e enfrentou as tropas do rei D. Miguel. Esta guerra civil duraria 2 anos, até as povoações fiéis a D. Miguel serem derrotadas. Foi então assinada a Convenção de Évora Monte, em Maio de 1834, sendo D. Miguel expatriado para Génova, depois de renunciar ao trono a favor de D. Pedro IV. Poucos meses depois este rei morre, sucedendo-lhe no trono sua filha D. Maria II. Assumiu o governo do país aos 15 anos de idade, enfrentando convulsões sociais e políticas que se prolongaram por muitos anos. Sucederam-se os golpes de Estado e teve uma vida difícil à frente do governo da nação. Faleceu em Lisboa no dia 15 de Novembro de 1853. Assumiu a regência o seu marido D. Fernando até 1855, quando o filho D. Pedro V completou 18 anos e prestou juramento como Monarca Constitucional. Morreu seis anos depois no dia 11 de Novembro de 1861, em condições ainda hoje mal esclarecidas. Durante o seu reinado foi inaugurada a primeira linha de caminho de ferro em Portugal, entre Lisboa e o Carregado. Após a morte deste rei, subiu ao trono o seu irmão D. Luís I. Em 1862 houve em Braga um levantamento popular, apoiado por forças militares, contra os agravamentos de impostos. O seu reinado foi um período áureo de grandes obras públicas. Tentou exercer o cargo com isenção e dignidade. Após a sua morte em 1889, sucedeu-lhe no trono, seu filho D. Carlos I. O imperialismo britânico, impôs em 1890, um ultimato, obrigando Portugal a abandonar os territórios africanos que constituíam o célebre mapa cor-de-rosa. Os republicanos reagiram a este ultimato com a revolução de 31 de Janeiro de 1891, que se gorou. Em 1895 percorreu os principais países europeus. O rei foi assassinado no dia 1 de Fevereiro de 1908, juntamente com o príncipe real D. Luís Filipe, no Terreiro do Paço. Sucedeu-lhe o seu filho mais novo, D. Manuel II que foi deposto em 5 de Outubro de 1910, pela implantação da república no nosso país. Assim terminamos a divulgação dos principais factos registados na História de Portugal, durante o longo período da monarquia.

## PROVÉRBIOS

- ☆ *Quando o rio não faz ruído, ou não leva água ou vai crescendo.*
- ☆ *Quem compra e mente, na bolsa o sente.*
- ☆ *Antes quero asno que me leve, que cavalo que me derrube.*
- ☆ *Bem come o vilão, se lho dão.*

- ☆ *De casa do rato não vai o gato farto.*
- ☆ *O bom filho à casa torna.*
- ☆ *Para baixo todos os santos ajudam.*
- ☆ *Quem não chora não mama.*
- ☆ *Na boda dos pobres, tudo são vozes.*

# UM SÉCULO DE ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

Num conjunto de oito artigos, iremos proceder à divulgação e análise da actividade desenvolvida pela Junta de Freguesia desde o ano de 1887 até ao momento actual. Será assim possível conhecer melhor aqueles que governaram esta terra e o trabalho por eles desenvolvido na administração pública da freguesia. Começamos hoje, neste primeiro artigo, por analisar o período decorrido entre Janeiro de 1887 e Dezembro de 1995, ainda no tempo da monarquia. Através de eleição popular, feita em três anos, eram eleitos três vogais efectivos da Junta e três vogais substitutos que apresentavam juramento dos Santos Evangelhos, perante o presidente cessante, antes de entrarem em funções. Vejamos seguidamente a acta de juramento dos membros da Junta eleitos para ocupar o cargo no triénio de 1887 a 1889. «Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de mil oitocentos e oitenta e sete, nesta sacristia da igreja paroquial de S. Paio de Principais de Vilar de Figos, estando reunidos os novos vogais efectivos que tem de compôr a Junta de Paróquia, António José da Silva Figueiredo, Manuel Pereira Lomba e Joaquim Lopes da Silva Martins, e substitutos Manuel Pereira da Silva, Manuel Fernandes da Silva e Manuel José Gomes de Araújo, vogais destinados por eleição nesta igreja no dia cinco de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e seis, aos quais eu José da Silva, da Igreja Velha, Vice-Presidente da Junta anterior deferi o juramento da lei, debaixo do qual eles prometeram obedecer ao Nosso Augusto Rei, sendo-lhe fiéis, e às suas autoridades, e bem assim de cumprir e guardar tudo quanto por ele e mais autoridades lhes fôr ordenado, e tudo o que determina a Constituição da nossa Monarquia Portuguesa, e assim prometeram bem servir em razão do seu cargo. E em testemunhando da sua promessa todos aqui vão assinar.» Todos os anos os vogais efectivos elegiam de entre si um Presidente e um Vice-Presidente. Foi eleito, para Presidente, António José da Silva Figueiredo, e para Vice-Presidente, Manuel Pereira Lomba, que se mantiveram nos seus cargos durante os três anos do seu mandato. Nomeavam também um tesoureiro e um secretário. Para este triénio, foi nomeado tesoureiro da Junta, o pároco António Pereira da Silva e para Secretário foi nomeado Manuel de Oliveira, da freguesia de Gamil. A Junta reunia duas vezes por mês, normalmente aos primeiros e terceiros Domingos de cada mês, pelas treze horas, na sala de sessões da Junta. Às reuniões mais importantes assistia o regedor, que era nessa época o senhor António da Silva Figueiredo. No dia 24 de Novembro de 1889, por eleição popular, foram eleitos os novos vogais da Junta, pa-

ra o triénio de 1890 a 1892. Para vogais efectivos foram eleitos Justino José de Araújo, Manuel Pereira da Silva e António José Gomes Júnior e para substitutos José da Silva, da Igreja Velha, Domingos da Costa e Silva e António Gomes Loureiro. No dia 3 de Janeiro de 1890, os vogais efectivos escolheram para Presidente Justino José de Araújo e para Vice-Presidente António José Gomes Júnior, tendo sido nomeado tesoureiro o pároco António Pereira da Silva e para secretário João António da Cal, da freguesia de Pereira, que não chegou a exercer o cargo. Entretanto, o secretário da Junta anterior, Manuel de Oliveira, foi demitido por ter insultado os membros da nova Junta, sendo nomeado para o substituir, o senhor Augusto de Matos Ribeiro dos Santos, da freguesia de Cristelo. Em Junho de 1890 e de acordo com o regedor foram propostos à Câmara Municipal para zeladores nesta freguesia, os senhores José Gomes de Sousa, do lugar da Igreja, e João Francisco de Oliveira, do lugar do Ribeiro, e para corralesiros, os senhores Manuel Fernandes da Silva, do lugar da Igreja Velha e Joaquim Lopes da Silva Martins, do lugar do Ribeiro. Em Janeiro de 1891, foi eleito para Presidente Manuel Pereira da Silva e para Vice-Presidente Justino José de Araújo. Em Janeiro do ano seguinte passou a ser Presidente António José Gomes Júnior e Vice-Presidente, Manuel Pereira da Silva. Para o triénio de 1893 a 1895, foram eleitos Justino José de Araújo, Domingos da Costa e Silva, Joaquim Ferreira Júnior e Manuel Fernandes da Silva. Estes vogais, reunidos no dia 2 de Janeiro de 1893, elegeram para Presidente Justino José de Araújo e para Vice-Presidente, Manuel Fernandes da Silva, tendo nomeado para tesoureiro o pároco António Pereira da Silva, para secretário Domingos da Costa e Silva e para fiscal do cemitério Joaquim Ferreira Júnior. Em Janeiro do ano seguinte, foi feita nova eleição, sendo escolhido para Presidente, Manuel Fernandes da Silva e para Vice-Presidente, Justino José de Araújo, mantendo-se Domingos da Costa e Silva no cargo de secretário e o pároco António Pereira da Silva, no cargo de tesoureiro, não havendo mais alterações até ao fim deste mandato. A receita da Junta era constituída nessa época por uma derrama que incidia sobre as contribuições a pagar ao Estado. O montante da derrama a cobrar anualmente, era calculado com base na despesa da paróquia prevista pela Junta para o ano seguinte. Tinha de ser enviada até 30 de Junho do ano anterior, ao Administrador do Concelho, para ser aprovado pelas autoridades competentes do Governo Civil, a respectiva proposta da derrama a cobrar no ano seguinte. Por exemplo, para o ano

de 1889 foi fixada uma derrama de 35% sobre as contribuições a pagar ao Estado, para as despesas da paróquia e mais 3% para a instrução primária. Para o ano de 1891, a derrama foi fixada em 40% para as despesas da paróquia e amortização da dívida com a construção do cemitério e 2% para o ensino primário. Para o ano de 1892 foi fixada uma derrama de 50% para as despesas da paróquia e amortização da dívida e 2% para a escola primária. Para o ano de 1893 a derrama foi fixada em 30% para as despesas da paróquia e amortização da dívida e 2% para a instrução primária. A Junta procedia à cobrança das derramas fixadas superiormente e enviava os respectivos mapas ao Tribunal Administrativo para relaxe dos faltosos. As contas da Junta eram afixadas anualmente na porta da igreja paroquial, durante oito dias, para serem examinadas por todos os interessados e apresentada qualquer reclamação. A principal obra mandada executar pela Junta, nessa época, foi a construção do cemitério paroquial. O auto de arrematação foi feito no dia 22 de Maio de 1887. Apareceram vários concorrentes, sendo a proposta mais favorável apresentada por Servo José Gomes, morador no lugar do Ribeiro, que se propunha realizar todos os trabalhos de pedreiro e ferreiro, no prazo de um ano, pela quantia de 579 mil réis. O arrematante da obra, apresentou como fiador, o senhor Domingos da Costa e Silva, morador no lugar do Vale. No dia 16 de Agosto do mesmo ano e devido a não ser possível executar a construção da obra pelo arrematante Servo José Gomes, foi decidido passá-la ao mestre João Alves da Silva, da freguesia de Barcelinhos, nas mesmas condições e pelo valor da anterior arrematação, apresentando como seu fiador o senhor Manuel Fernandes da Silva, do lugar da Igreja Velha. No dia 18 de Março de 1888, foi feita a arrematação do aterro do cemitério paroquial, sendo aprovada a proposta apresentada por Manuel Fernandes da Silva, que se comprometeu a fazer o serviço pela quantia de 8.900 réis. As obras do cemitério foram concluídas no final de 1889, tendo sido contraído um empréstimo a Maria José da Silva Figueiredo, ao juro de 5%, no montante de 321.286 réis, através de letra, cuja selagem e registo custou 3.235 réis. Em Janeiro de 1891 foi aberto concurso para a contratação de porteiro e coveiro do cemitério paroquial. A proposta mais favorável foi apresentada por Domingos José Gomes, casado, jornalista, residente no lugar da Arroeteia, comprometendo-se a fazer o serviço de porteiro pela quantia de 4 mil réis e de coveiro por 320 réis pelo enterro duma pessoa adulta em caixão de chumbo, 240 réis pelo enterro duma pessoa adulta em caixão de madeira, 150 réis pelo enterro duma pessoa adulta sem caixão, sendo o enterro dos menores de dez anos feito por metade dos preços fixados para os adultos. Serviram de testemunhas a esta arrematação José Gomes Ferreira, do

lugar do Ribeiro e José Gomes Fernandes, do lugar do Vale. Em Janeiro do ano seguinte foi aberto novo concurso para o lugar de porteiro e coveiro do cemitério. A proposta mais favorável foi apresentada por José Gomes da Silva, do lugar da Igreja, que se comprometeu a fazer o serviço de porteiro pela quantia de 3.200 réis e o serviço de coveiro pela tabela constante do Regulamento do Cemitério. Foram testemunhas o reverendo pároco António Pereira da Silva e o senhor António Gomes Loureiro. Em Fevereiro de 1891, foi deliberado cortar algumas oliveiras junto ao adro devido a não dar rendimento e prejudicar a passagem das procissões em volta da igreja, sendo afixado um edital a marcar a arrematação da lenha dessas oliveiras, que foi entregue a Domingos José de Araújo, pela quantia de 2.050 réis. Em Julho de 1891, a Junta colocou a concurso a reparação dos telhados da igreja e caiação das paredes, sendo a proposta mais favorável apresentada por Francisco António Pereira, da freguesia de Paradela, pela quantia de 10 mil réis. Serviram de testemunhas o pároco António Pereira da Silva e Domingos José de Araújo. Em Dezembro de 1894, por convocatória do regedor António Gomes Loureiro, a Junta reuniu-se na sacristia da igreja para apreciar uma circular recebida do Excelentíssimo Administrador do Concelho que mandava retirar da sacristia paroquial os vasos sagrados, alfaias e todos os objectos de valor, por causa dos frequentes roubos que se vinham praticando em todo o concelho. Foi decidido que a custódia, turíbulo e naveta, tudo de prata e pertencente à Confraria do Santíssimo Sacramento ficassem em poder do tesoureiro da confraria Joaquim Ferreira Júnior. Os paramentos de seda rica, vara e coroa, ambos de prata, pertencentes à Confraria da Senhora do Rosário, ficaram em poder do tesoureiro da confraria Domingos da Costa e Silva. Os vasos sagrados, coroa de prata e espada de S. Paio, pertencentes à paróquia ficaram em poder do reverendo pároco. A cruz de prata ficou em poder do mordomo da mesma cruz, António Gomes Loureiro que a entregou no ano seguinte ao novo mordomo João Bento de Magalhães. No final do ano de 1895, foi publicado um novo Código Administrativo que alterou algumas leis sobre a eleição e o funcionamento das Juntas de Freguesia. Também nesse mesmo ano, a freguesia de Vilar de Figos passou a ser paroquiada pelo novo padre João Manuel Rodrigues. Verificamos então que, nessa altura, as autoridades máximas da paróquia eram a Junta e o Regedor que administravam os bens públicos da freguesia, tanto de natureza civil como religiosa, defendiam a ordem e promoviam o ensino básico elementar da população. No próximo artigo a publicar no boletim do mês de Março, iremos debruçar-nos sobre a actividade da Junta, desde Janeiro de 1896 até Dezembro de 1910.

# A CRISE DO VINHO

No princípio, o vinho era apenas produzido em alguns países do Mediterrâneo. Hoje, a sua produção espalhou-se pelo mundo inteiro. Por isso e também devido a uma diminuição no seu consumo, a concorrência aumentou, em prejuízo essencialmente do produtor porque o intermediário continua a tirar altas margens de comercialização. Mas a crise não se passa só em Portugal. Vejamos o que se tem passado noutros países e as lutas que os agricultores tiveram de travar para continuar a cultivar a vinha. Em França, que é o maior produtor mundial de vinho, existem plantações com mais de 2000 anos. Nas margens dos rios Garonne, Dordogne e Gironde, no sudoeste de França, os gauleses plantaram cerca de 97 mil hectares de vinha, onde se produzem os famosos vinhos châteaux, sendo quase metade do vinho embarcado em Bordéus para o estrangeiro, rotulado APPELLATION D'ORIGINE CONTROLÉE (AOC). Sofreram também algumas crises. Em 1870, a filoxera destruiu quase 80% dos vinhedos. As vinhas tiveram então de serem enxertadas em raízes americanas. Em 1940, devido ao evoluir da 2.ª guerra mundial, muito vinho de qualidade passou a ser vendido como vinho de mesa comum, levando os fazendeiros a transformarem os seus vinhedos em pastagens. Contudo, o barão Philippe de Rothschild, não desistiu e reunindo os principais proprietários, explicou-lhes que necessitavam de converter-se em engarrafadores. A partir daí os melhores vinhos passaram a receber o rótulo MISE EN BOUTEILLE AU CHÂTEAU, garantindo assim a sua qualidade. Também Alexis Lichine, autor de uma enciclopédia de vinhos, comprou em 1925 duas fazendas na Gironde e persuadiu os produtores a subir as suas vendas empregando modernas técnicas de publicidade, tornando-se ele próprio num grande propagandista desses vinhos, principalmente nos Estados Unidos. Em 1973 sucedeu a maior vindima que deu origem à saturação dos mercados que durou cerca de quatro anos. Então, os viticultores e os negociantes reorganizaram a sua associação comercial de modo a desencorajar a especulação e estabilizar os preços porque do vinho dependia a vida de muita gente. Por sua vez, na Gasconha, produz-se o famoso ARMAGNAC, que, por estranho que pareça, antes de ser considerado uma bebida, ele era um remédio. É possível distinguir um armagnac do seu maior rival, o cognac, pela diferença de solos, de cepas e de clima. A destilação do armagnac obriga a técnicas especiais e o seu envelhecimento é feito em tonéis de carvalho de veios cor-de-rosa, que cresce no solo seco da floresta de Moulezun. O verdadeiro vinicultor vigia os tonéis como uma mãe vela pelos filhos. Mais recentemente, foi criada uma universidade gaulesa frequentada por alunos de diversos países, onde se formam os licenciados em alcoólicas e bagaceiras. O castelo onde ela se encontra sediada, foi comprado pela Câmara de Drôme que, em colaboração com a Associação de Vinhateiros das Altas

Côtes-du-Rhône criaram esta escola que tem autonomia financeira e ministra cursos de qualidade, organizando também acontecimentos culturais e científicos. Assim, os vinhateiros começam a sentir que estão a trabalhar com um produto rico em possibilidades e cultura e não apenas em problemas. Nesta universidade aprende-se tudo sobre viticultura, designadamente sobre marketing e promoção do produto, bem como sobre negociações com o governo e a Comunidade Europeia com vista à redacção de legislação favorável. Os estudantes aprendem primeiro a reconhecer os quatro sabores primários: ácido, amargo, doce, salgado e, em seguida, são-lhes apresentados cerca de 30 aromas característicos de tipos específicos de uvas e de vinificações. Os estudantes nunca imaginaram que havia tantas subtilidades no vinho e quando terminam o curso, estão aptos a convencer terceiros, porque hoje em dia não basta um sorriso numa rapariga bonita para vender o produto, é preciso ter conhecimentos. O enólogo Gérard Mézières diz que um vinho de qualidade invulgar tem 3 narizes. Primeiramente, deve-se provar o vinho sem o abanar. Em segundo lugar, abana-se o vinho e o seu odor intensifica-se ou diminui. O terceiro nariz vem com o copo vazio: se o aroma ainda se mantém em pleno, o vinho é rico. É assim em França, onde os estudantes que tiram a licenciatura em Tecnologia Aplicada nesta universidade, partilham a paixão pelo vinho.

Também os alemães, na região do Reno, se habituaram a produzir vinhos de alta qualidade com um generoso sabor afrutado, doce e harmonioso. O escritor Stefan Abdres, afirmava que o solo é o pai do vinho, a cepa é a mãe e o clima o seu destino. A maioria dos vinhedos são cultivados nas encostas pedregosas, onde o sol não é muito abundante, dando origem a vinhos de baixo teor alcoólico, leves e fragantes. É costume, realizarem-se festas do vinho nas aldeias onde as bandas tocam músicas pelas ruas, havendo desfiles com rainhas do vinho em coloridos carros alegóricos, enquanto o cheiro apetitoso das salsichas enche o ar e por todo o lado corre livremente o vinho. Os rótulos das garrafas informam exactamente o tipo de vinho, identificando o ano da colheita, variedade das uvas e se é seco ou meio-seco. Se for um vinho de qualidade há também um número A. P. para mostrar que ele passou pelo rigoroso controle de qualidade do governo alemão. Recordamos uma quadra que os alemães dedicam ao vinho:

*Aqui, na Terra, toda a alegria  
Vinho e boas mulheres tem sido.  
De que outro modo se alcançaria  
Nosso bom céu sem se haver morrido?*

Os norte-americanos também já conseguem produzir vinhos tão bons como os europeus. Para alcançar es-

te nível de qualidade, os norte-americanos tiveram de realizar em poucas décadas o que levou 2000 anos a fazer em França. Foi no fim do século XIX que alguns europeus emigraram para a Califórnia, plantando vinhas com as melhores castas europeias. Em 1920, devido à Lei Seca, a produção de vinho decaiu levando à ruína muitos agricultores. Em 1933 a lei foi revogada, dando origem a um ressurgimento da indústria vinícola. Os técnicos foram forçados a enfrentar problemas críticos. Foram construídos reservatórios feitos duma liga de cromo e aço inoxidável refrigerados que melhoraram a qualidade do vinho. Passaram a ser utilizados filtros finíssimos, capazes de conferir à bebida uma claridade impossível de obter pelo método tradicional. Hoje, a grande indústria vinícola norte-americana tem as mais modernas instalações e faz o melhor vinho de mesa do mundo. Foram criadas verdadeiras boutiques do vinho. O excelente solo da Califórnia e o clima adequado permitem boas colheitas em diferentes regiões, que se assemelham a certas partes da Europa. Algumas áreas próximas de S. Francisco têm um clima quase semelhante ao do vale do Reno, na Alemanha, ao da região da Champagne, em França e ao da região da Toscana, na Itália. Devido a esta variedade de climas, quase todos os tipos de uvas europeus encontram na Califórnia ambiente favorável ao seu crescimento, existindo cerca de 126 mil hectares de terras dedicadas à viticultura.

Em Portugal, existem muitas variedades de vinho, alguns mundialmente conhecidos pela sua qualidade única como acontece com o vinho da madeira, o vinho do Porto e o Vinho Verde. A crise que atingiu este sector, obrigou já muitos vinicultores a não colherem as uvas e deitarem fora parte do vinho velho ainda existente nas adegas. O governo parece incensível a toda esta situação e nos organismos da lavoura apenas se sente a luta dos seus dirigentes pelo poder. É o que se passa na Ca-

sa do Douro, na Comissão de Vitivinicultura da Região dos Vinhos Verdes e nas adegas cooperativas em geral. O consumo do vinho também diminuiu devido à campanha anti-alcoólica que tem sido feita em Portugal, mas o consumo da cerveja tem aumentado e também contém álcool. Os vinicultores quase não têm voz perante o governo ou através dos organismos que foram criados para os defender. Como já vimos noutros países, os vinicultores tiveram de se agrupar e instruir-se para melhorar a qualidade e as técnicas de comercialização do vinho. Em Portugal pouco se tem feito por este sector. Só recentemente e com base num projecto para formar técnicos de enologia, foi possível reunir a Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, entidades públicas e entidades privadas para instalar em Amarante a Escola Profissional de Vitivinicultura António do Lago Cerqueira. O curso tem a duração de 3 anos, conferindo certificado profissional de nível 3, equivalente ao 12.º ano. Durante o curso, os alunos estudam diversas matérias que comportam uma formação científica, sociocultural e técnica e ainda prática tecnológica, incluindo estágios práticos em explorações, adegas e caves. A formação profissional em Portugal ainda é bastante deficiente quando comparada com outros países estrangeiros. É necessário ter grandes conhecimentos para produzir vinhos de qualidade e dominar as operações de marketing no mercado consumidor. Quantas vezes tenho pedido em alguns restaurantes deste país, uma garrafa de vinho verde «Condes de Barcelos» e logo me dizem que desconhecem essa marca de vinhos. Que todos se juntem a reúnam esforços para continuar a produzir vinhos de qualidade e evitar a especulação que se sente no preço de venda ao público. Que o exemplo de outros países sirva de lenitivo para mais uma luta que o lavrador tem de travar para garantir que a produção seja devidamente controlada e compensadora.

## NOTÍCIAS BREVES

Na reunião da Assembleia de Freguesia, realizada em 29 de Setembro, foram aprovadas as novas taxas de consumo de água ao domicílio que passam a ser as seguintes:

Período	até 9 m <sup>3</sup> /mês	Até 15 m <sup>3</sup> /mês	Mais de 15 m <sup>3</sup> /mês
NOVEMBRO/JUNHO	ISENTO	100\$00/m <sup>3</sup>	200\$00/m <sup>3</sup>
JULHO/OUTUBRO	ISENTO	200\$00/m <sup>3</sup>	600\$00/m <sup>3</sup>

Esta nova tabela entrou em vigor no dia 1 de Outubro.

☆

No dia 6 de Outubro, realizaram-se eleições para deputados da Assembleia da República. Na freguesia

de Vilar de Figos, verificaram-se os seguintes resultados:

Eleitores inscritos = 508 • Votantes = 391			
<b>Abstenções</b>	<b>117</b>	<b>P.S.D.</b>	<b>298</b>
<b>Votos brancos</b>	<b>1</b>	<b>P.R.S.</b>	<b>1</b>
<b>Votos nulos</b>	<b>2</b>	<b>C.D.S.</b>	<b>27</b>
<b>P.C.T.P.</b>	<b>2</b>	<b>P. S. N.</b>	<b>1</b>
		<b>P.P.M.</b>	<b>4</b>
		<b>P.C.P. - P.E.V.</b>	<b>9</b>
		<b>P.S.</b>	<b>45</b>
		<b>P.R.D.</b>	<b>1</b>

# PÁGINA DE POESIA

## ANTERO DE QUENTAL

Vamos hoje recordar alguns versos deste escritor que nasceu em Ponta Delgada no dia 18 de Abril de 1842. Estudou direito em Coimbra e, desde jovem, publicou vários poemas e sonetos. Viajou por França e pelos Estados Unidos. Passou a sua vida repartida pela sua terra natal, Porto, Lisboa e Vila do Conde, onde permaneceu durante 9 anos. Foi um dos introdutores do socialismo em Portugal. O seu pessimismo provocou-lhe alguns problemas no plano social e cultural. Os seus poemas dão quase sempre a imagem do poeta que neste mundo terá de expiar uma pena que ele não aceita. Passa este ano o primeiro centenário da sua morte, e por isso, damos a conhecer alguns dos seus poemas.

### À GUITARRA

Três cordas tem a guitarra  
Uma d'ouro, outra de prata...  
À terceira, que é de ferro,  
Todos lhe chamam ingrata.

Ninguém faça ramalhetes  
Com flores que hão-de murchar...  
Ninguém tenha cordas d'ouro,  
Se as não quer ver estalar!

Das três cordas da guitarra  
Só a terceira dá ais...  
Bastou-me um amor na vida,  
Um só amor e não mais!

Quantas folhas tem a rosa?  
Quantos raios tem o sol?  
De quantas ervas do monte  
Faz o ninho o rouxinol?

Quantas ondas de água amarga,  
De tantas que andam no mar,  
Quantas ondas são precisas  
Para um homem se afogar?

Dizei-me, ó rosa do monte,  
E ondas que andais a fugir,  
Quantos amores se querem  
Para um peito se partir?

Não sei quantos peitos tenho,  
Nem já quantos corações...  
Mas não cabem dentro deles  
Minhas grandes aflições!

Quem tem vida para isto  
Mais valia não a ter!  
Palavras leva-as o vento...  
Quem as puder esquecer!

Guitarra, minha guitarra,  
Quem as cordas te estalou?  
Acabe-se esta cantiga  
Aonde o amor se acabou!

### LIMOEIRO VERDE

Limoeiro verde, verde...  
Que às praias do mar nasceu...  
A onda aos pés a chorar-lhe,  
E ele a crescer para o céu!

São estrelas os seus frutos,  
Ninguém os pode colher...  
Lindos... que cegam os olhos!  
Doces... que fazem morrer!

Quem tem um peito tão grande  
Como o leito desse mar,  
É para melhor ser triste,  
E para melhor penar!

Mas até, ó limoeiro,  
Que te importa a água do mar?  
Tu para o céu vais crescendo...  
Ela o que sabe é chorar!

Só quem sabe o que são lágrimas,  
Só esse sabe o que é amor...  
Mas as ondas, mas as lágrimas  
São amargas como a dor!

Todas as lágrimas doces  
Que caem no coração,  
Não bastam, não, não adoçam  
Uma gota de traição.

A água do mar é salgada,  
Tem bem amargo sabor...  
Parece que as mesmas ondas  
Também padecem de amor!

Ninguém cuide ter nos ombros  
Asas que um anjo lhe deu...  
Não há árvore no mundo,  
Que possa chegar ao céu!

Quem tiver amores tristes  
Venha ouvir gemer o mar;  
Porque a amargura das ondas  
Há-de-lhe a dor adoçar.